

O QUE A PSICANÁLISE AINDA TEM A DIZER SOBRE OS AUTISMOS?

WHAT DOES PSYCHOANALYSIS STILL HAVE TO SAY ABOUT AUTISMS?

¿QUÉ AÚN TIENE QUE DECIR EL PSICOANÁLISIS SOBRE LOS AUTISTAS?

*Angela Vorcaro**

*Ariana Lucero***

*Fernanda Stange Rosi****

RESUMO

O artigo visa a desdobrar algumas falas de Lacan a respeito do autismo, relacionando-as com suas considerações a respeito da ciência e da medicina/psiquiatria. Para tanto, faz-se uma breve retomada de como o autismo surge no campo da psicopatologia e uma leitura de como o Transtorno do Espectro Autista vem sendo abordado em nossa sociedade, fortemente marcada pela lógica neoliberal. Em seguida, retoma-se a teoria dos discursos lacaniana, com ênfase no discurso do capitalista, para interrogar a função que as nomeações diagnósticas adquirem no laço social. Por fim, aborda-se a política da palavra como forma de redizer alguns enunciados e ouvir outras manifestações que são reduzidas a signos fixos, permitindo uma escuta mediada por aquilo que vai além do que se evidencia de forma superficial e imediata.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; neoliberalismo; diagnóstico; política da palavra.

ABSTRACT

The article intends to develop some of Lacan's remarks concerning autism, relating them to his thoughts on science and medicine/psychiatry. To that end, a brief reappraisal of how autism arises in the field of psychopathology is made, as well as an analysis of how the Autistic Spectrum Disorder is considered in today's society, highly marked by a neoliberal logic. Next, Lacan's discourses, especially the capitalist discourse, are mobilized in order to question the roles played

*Psicanalista. Professora Aposentada da UFMG. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP Psicóloga.

**Psicanalista. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da UFES. Membro do GT Psicanálise e Educação da ANPEPP e da RUEPSY.

***Psicóloga. Psicanalista. Mestre e Doutoranda em Psicologia Institucional da UFES. Membro do GT Psicanálise e Educação da ANPEPP

by diagnostic nominations in social bond. Lastly, one approaches a politics of speech as a way to rearticulate some enunciations and to hear other manifestations usually reduced to fixed signs, thusly allowing a listening mediated by something that goes beyond what appears in an immediate and shallow form.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder; neoliberalism; diagnosis; politics of speech.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo desplegar algunas afirmaciones de Lacan sobre el autismo, relacionándolas con sus consideraciones sobre la ciencia y la medicina/psiquiatría. Para eso, se hace un breve repaso de cómo aparece el autismo en el campo de la psicopatología y una lectura de cómo se ha abordado el Trastorno del Espectro Autista en nuestra sociedad, fuertemente marcada por la lógica neoliberal. Luego, se revisa la teoría lacaniana de los discursos, con énfasis en el discurso capitalista, para interrogar la función que adquieren las nominaciones diagnósticas en el vínculo social. Finalmente, se aborda la política del discurso como una forma de redefinir algunos enunciados y escuchar otras manifestaciones que se reducen a signos fijos, permitiendo una escucha mediada por lo que va más allá de lo evidente de manera superficial e inmediata.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista; neoliberalismo; diagnóstico; política del discurso.

Dr. Cramer - O que o Sr. acha dos autistas, que precisamente não conseguem nos ouvir, que permanecem acudados?

Dr. Lacan - Como o nome indica, os autistas escutam a si mesmos. Eles ouvem muitas coisas ... eles articulam muitas coisas e trata-se precisamente de entender onde escutaram o que articulam. ... Trata-se de saber por que há algo no autista, ou no chamado esquizofrênico, que se congela, se se pode dizer isso. O Sr., porém, não pode dizer que ele não fala. Que o senhor tenha dificuldade para escutá-los, para dar seu entendimento ao que dizem, não impede que sejam, finalmente, personagens bastante verbosos

— J. Lacan, 1975

Mesmo que o excerto acima tenha sido retirado do diálogo ocorrido em Genebra, entre Cramer e Lacan, há 50 anos, não extraímos dele as consequências. Trata-se, na escrita desse artigo, de um

passo a mais a ser dado para fazê-lo falar, em uma leitura que indaga e empenha a palavra de Lacan, considerando as fendas da multiplicidade de distinções que os diagnósticos de autismo possibilitaram e que lhe foram subsequentes. Antes disso, é necessário recuperar o registro de seu traçado, na aurora da psiquiatria infantil.

O quadro de “autismo infantil precoce” é descrito por Léo Kanner (1943) para designar a incapacidade da criança de se relacionar de modo usual com pessoas e situações desde o início da vida. A precocidade dessa perturbação foi um dos principais critérios diferenciais entre autismo e psicose infantil, o que pode ser lido como ausência de desencadeamento frente a uma inibição existente antes mesmo que algumas funções – como a fala e a motricidade – tenham se desenvolvido. Esse sinal já tinha conduzido Melanie Klein (1930/1996) a desconfiar do diagnóstico de esquizofrenia no caso Dick, na medida em que ela não verificava uma regressão em seu desenvolvimento, mas sua “inibição” como efeito de um estado de ansiedade maciça. Infelizmente, ela não se aprofundou nessa discussão que poderia ter levado à primeira descrição de uma posição subjetiva aquém do “sintoma”, como abordado no âmbito da psicanálise.

A problemática do autismo atravessou as teorizações dos principais psicanalistas de crianças - Bettelheim (1967/1987), Tustin (1972/1975), Mahler (1979/1983 -, mas, por ser raro e indistinto da síndrome de Rett, não era um quadro muito difundido nos meios médicos ou psiquiátricos. Deslocado de síndrome para classe psicopatológica abrangente, ganhou destaque no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V (2014) -, ao ocupar o eixo central dos transtornos do neurodesenvolvimento e abarcar grande parte dos transtornos diagnosticados pela primeira vez na infância. Cabe lembrar que, na versão anterior, o autismo era um entre outros cinco Transtornos Invasivos/Globais do Desenvolvimento: 1) Transtorno Autista; 2) Transtorno de Asperger; 3) Transtorno de Rett; 4) Transtorno Desintegrativo da Infância; 5) Transtorno Invasivo da Infância não especificado de outra forma. Na quinta versão, dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), encontramos o Transtorno de Asperger no que denominamos autistas de alto funcionamento. A amplitude do espectro chega ao ponto de já não sabermos mais o que se quer dizer quando ouvimos que uma criança é autista como justificativa para um comportamento desviante - na maior parte das vezes, exacerbado - de uma suposta norma, que não cessa de ser questionada. Ainda assim, é preciso dizer alguma coisa.

Na história do autismo tal como escrita por Jacques Hochmann (2009),

é possível vislumbrar como os problemas que aparecem na infância foram alvo de uma disputa entre educadores e psiquiatras, que ora defendiam que uma pedagogia especializada poderia solucionar alguns quadros ligados a dificuldades de aprendizagem, ora postulavam que o déficit era incurável ou deveria ser submetido a um tratamento médico intensivo (muitas vezes, sob a forma de internação), para, em seguida ou concomitantemente, aliá-lo a métodos pedagógicos. O diálogo entre Pinel e Itard no clássico filme de François Truffaut (1970), “O garoto selvagem”, ilustra bem essa disputa plenamente amortecida pela articulação da causa genética à preconização do tratamento, na definição do TEA: afinal, o menino fora abandonado porque apresentava um problema perceptível desde cedo ou porque seu comportamento estranho e a ausência de fala decorriam do abandono nos primeiros anos de vida? O longo período de tratamento com Itard comprova a hipótese pineliana de uma condição congênita ou a insistência em ensinar a linguagem e as boas maneiras produziu uma mudança significativa para aquela criança?

Inúmeras respostas a essas questões já foram dadas ao longo dos anos (Cf. Lajonquière, 2017), e talvez essa seja a maior riqueza dessa experiência eternizada pelas lentes de Truffaut. Itard fica conhecido como o “pai da fonoaudiologia” [*orthophonie*] (Hochmann, 2009, p. 51), pois, independentemente dos resultados gerais alcançados, o fato é que a criança desenvolveu uma capacidade de comunicação e de fala oral. Uma nova disciplina pôde surgir de um recorte no quadro daquele menino, e novos conhecimentos puderam ser produzidos dentro do que se convencionou chamar de campo científico.

A preocupação com a fala é um dos principais fantasmas que assombram as famílias na contemporaneidade. De fato, autista é o nome que delimita, entre o fim do século XX e o início do século XXI, a presença de uma modalidade subjetiva que prescinde da fala – ainda que se possa classificar pessoas autistas como verbais ou não-verbais. Arelada aos termos “espectro” e “transtorno”, a incidência da “categoria” dos autismos no corpo social mantém certa ambiguidade entre “aquele que tem o transtorno e o transtorno que ele causa”.

De um lado, dissolvendo o enigma dos autismos com evidências científicas que lhes atribuem causa genética, justifica-se a preconização de sua remodelagem por condicionamento cognitivo (que lhe aparelharia com um código comportamental); de outro lado, faz-se equivaler o funcionamento do sujeito ao genético, apaga-se a conjunção que institui qualquer sujeito no laço social, independentemente da unicidade de

seu código genético. Que condição genética definiria tamanho efeito de destituição do sujeito excluindo-o? Como foi explicitado pela epigenética, o ambiente é determinante na modificação do funcionamento de genes, a despeito da persistência do mesmo código. Por que, então, as mudanças funcionais no comportamento dos autistas exigem antes o adestramento técnico especializado do ambiente, para, só então, ele produzir efeitos nessas crianças?

O alarde frente à criança que evita precocemente o contato com os outros é aplacado pelo diagnóstico que, longe de promover uma melhora do quadro relacional, volta-se para a construção de adaptações no meio que façam caber aquela “criança que não fala... ou que não é ouvida”. A emissão da fala só tem vigência na ratificação do destinatário que vai fazê-la ressoar:

Falar supõe, de fato, um depósito de palavras disponíveis e comuns aos seres falantes – a língua, sobre a qual a fala repousa e se funda. Ora, essa língua é aquela que necessariamente já ouvimos, ela provém do Outro e cabe a cada sujeito encontrar nela apoio e lugar, a fim de aí reunir seu próprio ser e seu próprio corpo (Kaufmann, 1996, p. 189).

Enquanto, intuitivamente, as palavras parecem nomenclaturas de coisas, o campo da linguagem humana é bem mais complexo, por ser o habitat distintivo da espécie. Fisgando a “vida natural” com o que as linhagens pregressas transmitiram, a linguagem mata a nudez da vida. Quando os autistas se voltam para os objetos, é preciso ver a herança simbólica que tal objeto carrega e a possibilidade de inventar-lhe uma função outra, mesmo que inadmitida ou que pareça absolutamente precária. Quando adere ao objeto que o sustenta, nos momentos em que se entretém com o referido objeto, ao servir-se do movimento do outro como uma ferramenta mediadora, na hora que se exclui veementemente de qualquer aproximação imprevista ou no instante fugaz em que, no limite, verte um verbo imperativo, o que o autista está dizendo?

A dificuldade de ouvir os autistas reduz seu movimento à releitura estereotípica. Será que a estranheza que eles apresentam seria uma modalidade invidente de atamento à linguagem sem que a possamos, minimamente, escutar? Talvez eles se projetem como remetentes num formigamento que se dissipa antes de ser sancionado pelo destinatário. Aí a “certeza da evidência” seria a própria cegueira com que são imediatamente revestidos de significados fixadores: “se pode dizer que é preciso olhar aí duas vezes antes de se admitir uma evidência [*évidence*], que é preciso averiguá-la como tal, que nada é seguro em matéria de evidência, e é por

isso que eu enunciei que seria preciso esvaziar [*évider*] a evidência, que é do esvaziamento [*d'évidement*] que a evidência advém" (Lacan, 1976-77, p. 91).

Calados ou emudecidos, muitos sujeitos são mantidos na condição de "seres falados" e, assim, localizados sob o nome "autista", que ressoa em um espectro cujas gradações são estendidas a ponto de serem encobertas pelo "fantasma" que espreita a todos: "Poderíamos não ser escutados a ponto de o ato de fala tornar-se obsoleto, descartável"?

1 NEOLIBERALISMO E SUBJETIVAÇÃO

É possível compreender o neoliberalismo como um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. Dardot e Laval (2016) sustentam a tese de que, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, o neoliberalismo é, fundamentalmente, uma racionalidade capaz de estruturar não apenas a ação dos governantes, mas também a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal teria como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação, definindo-se como "um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (p. 17). A consequência mais evidente disso está na influência sobre a subjetividade: uma grande valorização do individualismo e da busca pelo sucesso em diversos âmbitos, submetendo os indivíduos a um regime de concorrência adoecedor.

Também na via de analisar o neoliberalismo como modo de produção de subjetividades, Caponi e Daré (2020) apontam para o surgimento de um novo sujeito ("neossujeito"), o "capital humano" ou "empresário de si", que comporta uma grande competição por alta performance e autorresponsabilização por seus erros e fracassos (p. 303). Para elas, isso permitiu à psiquiatria colocar em segundo plano as condições adversas da vida na produção de sofrimentos psíquicos, fazendo de cada sintoma o correspondente a uma disfunção cerebral ou desequilíbrio neuroquímico que indicaria a existência de transtornos mentais. A responsabilidade recai, assim, sobre o corpo, que deve ser tratado, medicado, bem alimentado, "em forma", cabendo ao sujeito a responsabilidade de seguir, de modo adequado, o que é prescrito pela biopolítica. Sempre procurando referências externas para o cuidado de si, pouco sobra para a reflexão

sobre os motivos do sofrimento subjetivo.

Na mesma linha, Safatle, Silva Júnior e Dunker (2021) fazem uma extensa análise sobre a coincidência entre a ascensão neoliberal na década de 1970 e a reformulação da gramática do sofrimento psíquico promovida pela 3ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais. Suas pesquisas visam compreender o neoliberalismo como uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo, capaz de renomear o mal-estar e promover uma verdadeira gestão do sofrimento psíquico: “como aquele que gera e aquele que gerencia” (p. 10). Controlar a gramática do sofrimento é, afinal, “um dos eixos fundamentais do poder” (p. 13).

Sabe-se que a concepção de uma certa indissociabilidade entre os conflitos sociais e os psíquicos não é nova. A proposição central de “História da Loucura”, de Michel Foucault (1978), é que a forma como a sociedade lida com a loucura e a doença mental é um reflexo do poder e controle exercidos pelo sistema social em geral. Foucault argumenta que a maneira como a loucura é definida, diagnosticada, tratada e excluída da sociedade é resultado de forças sociais e políticas que moldam e perpetuam um determinado sistema de poder, desconstruindo a noção de que a loucura é uma condição objetiva e universal e argumentando que o conceito de loucura acompanha as mudanças na sociedade. Ele analisa o desenvolvimento histórico da abordagem à loucura desde a Idade Média até a modernidade, mostrando como ela foi gradualmente medicalizada e encarcerada em instituições psiquiátricas.

A psiquiatria, ao classificar e diagnosticar a loucura, criaria uma divisão entre o “normal” e o “anormal”, contribuindo para a exclusão e a marginalização dos indivíduos considerados loucos e assumindo uma função que se desvia do cuidado em saúde mental para a perpetuação de mecanismos de controle social. Nos termos de Caponi e Daré (2020), a existência inevitável de fronteiras difusas entre a normalidade e a patologia psiquiátrica possibilitou a multiplicação de diagnósticos e a aceitação da ideia de que seria possível identificar pequenos sinais enunciadores de graves adoecimentos psíquicos, afirmando-se a necessidade de intervenções preventivas no campo da saúde mental. “Fala-se, então, de doenças mentais do desenvolvimento, isto é, de patologias que se apresentariam na infância com sintomas ‘subclínicos’, pequenos indícios de que um transtorno do comportamento ou da aprendizagem poderá vir a acontecer ou a agravar-se no futuro” (p. 314-315).

A ascensão neoliberal é, de fato, acompanhada por uma verdadeira

revolução nos métodos de pesquisa, nos fundamentos epistemológicos e nos objetos que definem a psiquiatria. Neves et al. (2021) apontam como a mais importante delas a que define “a passagem da psiquiatria de uma função terapêutica, ainda inserida no interior da clínica médica, a uma função de aprimoramento (*enhancement*), decididamente tributária da lógica econômica” (p. 127). O termo *enhancement* também pode ser traduzido por “melhoramento” e remeteria a uma produção de subjetividades da cultura neoliberal que se apresenta norteadas pelos seus imperativos de superação; ele seria “a maximização de potencialidades das funções humanas para uma melhor satisfação de demandas sociais” (p.132). Colocaria em cena o paradigma da *performance*, ambição mais atual dos tratamentos em saúde e da qual a saúde mental não escapa. Para esses autores, a relação entre a economia neoliberal e a psiquiatria não seria apenas uma patogênese da economia sobre as pessoas, que, por sua vez, buscariam tratamentos psiquiátricos adequados ao seu tempo. A psiquiatria assumiria uma nova relação com a doença mental: “não apenas descrever, compreender e tratar os sofrimentos psíquicos, como também produzi-los para então tratá-los” (p. 131).

Esse cenário parece causar impacto sobre o modo como olhamos para as crianças e, em especial, para os bebês. A ânsia em diagnosticar os riscos (inclusive de autismo) o quanto antes, descobrir os talentos ou as habilidades para melhor desenvolvê-los, identificar os possíveis problemas para tratá-los antes que se tornem verdadeiros problemas afeta o modo como os adultos vem se relacionando com as crianças. Soma-se a isso, a inserção do *infans* no coletivo antes que tenha tido seu tempo de majestade, o que gera comparações – concorrência – com colegas, algo que não deixa de ser compartilhado nas redes sociais: quem não se recorda da criança de pouco mais de dois anos que se tornou garota propaganda de um banco por falar português fluentemente?

Excluindo do debate os determinantes sociais e culturais, assistimos ao massivo processo de biologização da psiquiatria. O sujeito da psiquiatria biológica, entendido como autônomo em relação ao contexto histórico e social que o circunda, desconsideraria a dimensão social como produtora de patologias psíquicas. Além disso, destaca-se uma crescente patologização da vida cotidiana, em que a experiência psíquica dos indivíduos passaria a ser balizada pelas diretrizes diagnósticas dos grandes manuais psiquiátricos, achatando a experiência narrativa que apresentaria soluções que o próprio sujeito inventa para si.

Essa persistência nas explicações biológicas dos fenômenos existenciais

não pode, de acordo com Caponi (2006), ser facilmente reduzida à história da progressiva conquista na localização de lesões orgânicas, distúrbios cerebrais, deficiências químicas ou de genes específicos. Para ela, as patologias associadas a comportamentos possuem, ainda hoje, como ocorreu no início do século XX, diagnósticos ambíguos e imprecisos, terapêuticas de eficácia duvidosa e efeitos colaterais imprevisíveis. Afinal, “é conhecida a eficácia social que possui este tipo de explicação: aquilo que tem uma origem orgânica identificável poderá ser resolvido com a terapêutica apropriada, seja ela farmacológica ou cirúrgica, conforme as exigências das mudanças tecnocientíficas” (p. 326).

Nota-se, não sem inquietação, outro grande fenômeno derivado das novas formas de racionalidade diagnóstica e de subjetivação, que é a capacidade adquirida pelo sujeito comum de encontrar seu lugar dentro dos manuais classificatórios. Essa autonegação, fundada sobre um certo saber científico, descreve, conforme Nelson da Silva Júnior (2021), uma verdadeira disfunção: “Temos a nomeação de uma identidade eventualmente disfuncional, mas não uma demanda na qual esteja suposta uma responsabilidade do sujeito” (p. 45). O autor relaciona essa autonegação a um acontecimento discursivo, isto é, o estabelecimento de identidades a partir de discursos fundados sobre saberes, o que, como bem destaca, foi nomeado por Foucault como modos de subjetivação, ou seja, “a constituição histórica dessas diferentes formas de sujeito em relação aos jogos de verdade” (Foucault, 1984/2006, p. 275). O uso do conceito permitiria localizar o modo de exclusão do sujeito do inconsciente por essa “visão de mundo” (*weltanschauung*) enquanto supressão de sua potencialidade enunciativa. “Essa verdade universal garante as verdades singulares” (Silva Júnior, p. 46).

Promovendo ainda mais a discussão, Dunker (2021) ressalta a maneira pela qual as dinâmicas de interação social, em seus núcleos de socialização no capitalismo tardio, são dependentes da implementação de uma metafísica da identidade. Em sua análise, “se sintomas e modalidades compartilhadas de sofrimento são formações de identidade, há por se fazer uma crítica da racionalidade diagnóstica que consolida, fixa e reifica a identidade dos grupos psicopatológicos” (p. 320). Reflete, ainda, de que maneira a racionalidade diagnóstica dos DSMs constitui-se um código que descreve eventos que autorizam a inclusão dos sujeitos nos sistemas de saúde. Esse código especifica as condições de acesso a tratamentos, que, por sua vez, legitimam estudos comparativos de eficácia, que subdeterminam o trabalho sobre epidemiologia e prevalência, que, em

cadeia, orienta as políticas públicas em saúde mental.

Talvez essa seja uma chave de leitura importante para compreendermos os grupos de autistas (por vezes automeados, embora não esteja difícil laudar as automeações) e de “pais de autistas” que, cada vez mais se descobrem, tardiamente, autistas. Nas formas de apreensão dos sinais de autismo, reproduzidos à exaustão, esses se tornaram álbis para inúmeras dificuldades da vida: comunicação, relacionamentos amorosos, tolerância aos estímulos excessivos, entre outras. A descoberta do próprio autismo vem como explicação que faltava para a singularidade de diversos autodiagnosticados, fixados em telas, fóbicos, “nerds” etc. Como um projétil arremetido contra o mundo da linguagem, os autistas relançam, em sua nudez, isso que nos intriga: o enganchamento de cada sujeito na rede da linguagem.

Em última instância, se um dia pudermos de fato reconhecer como autistas todos os que assim são diagnosticados, continuará sendo importante elucidar o transtorno (TEA) também como uma “invenção e resposta, reconhecimento e resistência, às transformações no horizonte de uma época” (Dunker, 2021, p.323), compondo uma legítima “patologia do social”.

2 CAPITALISMO E LAÇO SOCIAL

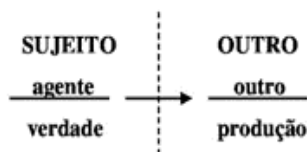
No seminário em que comenta o caso Dick, atendido por Melanie Klein, Lacan (1953-54/1979, p. 102) adverte que a linguagem não é a mesma coisa que a fala, afinal Dick é, até certo nível, “mestre da linguagem”, mas ele não fala. É um sujeito que está aí e que, literalmente, não responde. A palavra não chegou a ele, pois a linguagem não envolveu seu sistema imaginário, cujo registro é excessivamente curto. Suas faculdades não de comunicação, mas de expressão estão limitadas a isso. Lacan (1971/2011) revela que a fala articula uma dimensão da verdade singular a cada sujeito como “saber insabido”: “Se o inconsciente é algo de surpreendente, é porque esse saber é outra coisa (...). O saber não-sabido de que se trata na psicanálise é um saber que efetivamente se articula, que é estruturado como uma linguagem” (p.23).

A tese lacaniana de que “o inconsciente é um saber” é levada às últimas consequências com a teoria dos quatro discursos, elaborada formalmente em seu 17º seminário. Os discursos introduzidos por Lacan (1969-70/1992) – discurso do mestre, discurso universitário, discurso da histérica, discurso analítico – correspondem às diferentes modalidades de laço social

concebidas como ordenadas pela linguagem, assim como o inconsciente. Trata-se de circunscrever, por meio dos discursos, cada laço em torno de um dos impossíveis freudianos -“educar, governar, psicanalisar” – a que Lacan acrescenta “fazer desejar”.

As letras que compõem os discursos são: S1 (significante mestre, com o poder de marca fundadora), S2 (saber constituído enquanto cadeia significante), \$ (sujeito barrado pelo significante) e a (objeto *a*, mais-gozar, condensador de gozo e causa-do-desejo). São letras que apresentam a “relação fundamental de um significante com outro significante”, da qual “resulta a emergência disso que chamamos sujeito” (Lacan, 1969-70/1992, p. 11). O fato de o sujeito que emerge na relação entre os significantes ser barrado, ou seja, que não possa ser representado integralmente, explica o resto que decai da operação, simbolizado por *a*. Aqui, os matemas dos discursos consistem na disposição dessas quatro letras em lugares fixos - agente, outro, produção e verdade -, de modo que estabeleça a ligação entre o campo do sujeito e o campo do Outro, mediados pelo impossível que funda todo discurso. A barra cumpre a função de ser o sinal que estabelece resistência à significação, ou seja, a operação de recalçamento, enquanto as setas de implicação ou conexão orientam o sentido da cadeia significante e do quarto de giro circular como operador da transformação de um discurso em outro.

Figura 4 - *Matema dos discursos lacanianos*

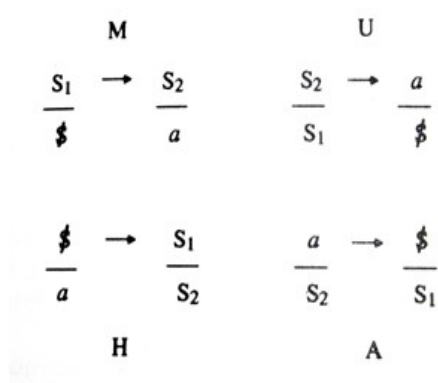


Entre os diferentes lugares, Lacan (1969-70/1992) privilegia o do agente como sendo a dominante de cada discurso, o lugar de onde se ordena o discurso. Se, no discurso do mestre, tomado como ponto de partida, a dominante é S1, relacionada por Lacan (1969-70/1992) com o significante mestre, responsável pela entrada do sujeito na ordem simbólica, no discurso da histérica, a dominante \$ é o sintoma, pois é “em torno do sintoma que se situa e se ordena tudo o que é do discurso da histérica” (p. 41). No discurso do universitário, trata-se do saber, S2, vindo no lugar da ordem, do mandamento do mestre. Por sua vez, marcando o avesso do discurso do mestre, o discurso do psicanalista traz o *a* no lugar de agente, “isso que se apresenta ao sujeito como causa do desejo” (p. 99).

Jorge (2002) esclarece que, a partir da descoberta freudiana, o discurso

do psicanalista introduziu uma nova forma de liame social: “Ao passo que o mestre se dirige ao outro tomado como saber (saber do Outro), o psicanalista se dirige ao outro de uma maneira radicalmente nova na cultura, tomando-o como sujeito falante, capaz de produzir os significantes primordiais fundadores de sua própria história” (p. 30).

Figura 5 - *Representação dos quatro discursos lacanianos*



As formulações de Lacan servem a Rinaldi (2002) para pensar a nova face da “psiquiatria biológica”, afirmada nas décadas de 1980 e 1990 a partir do desenvolvimento das neurociências e da moderna psicofarmacologia, quando a vida mental parece reduzida à sintaxe neuronal – não sem consequências para a clínica psiquiátrica e não sem efeitos também no campo ético-político. Se, para a autora, a psiquiatria pineliana aproximava-se do discurso do mestre, uma vez que partia da suposição de um resquício de razão no louco, a atual “psiquiatria biológica” estaria mais próxima do discurso do mestre moderno – o capitalista –, que Lacan identificou, nesse seminário, ao discurso universitário, no qual a ciência se alicerça:

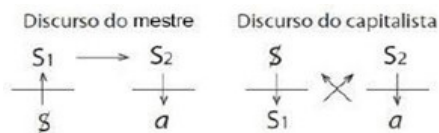
No discurso universitário, é o saber (S2) que ocupa o lugar de agente, instaurando a tirania do “tudo-saber”, na afirmação da verdade científica. No lugar do outro, está o objeto (a) a ser dominado por esse saber totalizante, e o produto é um sujeito dividido (\$) em duas partes pelo saber médico: o homem e sua doença. Mais que isso, o homem, objetificado pelo saber científico, resume-se atualmente às funções do cérebro, a informações genéticas. É a verdade do sujeito que se encontra definitivamente excluída, uma vez que, como produto, ele se encontra disjunto de sua marca fundamental (S1) (Rinaldi, 2002, p. 61).

A mesma autora, ao associar esse discurso ao discurso capitalista, um deslizamento do discurso do mestre, demonstra como a ciência pode aparecer subordinada aos imperativos do lucro da indústria farmacêutica, além de transformar a assistência em uma empresa de produtividade, na

qual vemos renovados os critérios de eficácia e eficiência. Lembremos que a esquematização do discurso do capitalista foi resultado das indagações de Lacan sobre o lugar da psicanálise na cultura e na política e sobre a posição política do analista.

Em uma conferência na cidade de Milão, Lacan (1972) inverte os lugares do agente (S1) e da verdade (\$) no discurso do mestre para escrever o discurso do capitalista:

Figura 6 - Discurso do capitalista



Nesse discurso, as setas partem do produto e da verdade para determinarem o agente, o sujeito barrado (\$), e o Outro. O sujeito não se dirige ao Outro, ao contrário da histórica que queria furar o mestre: ele se deixa determinar pelo significante mestre, Um sozinho, que se liga ao saber (S2) apenas para produzir objetos (a) que retornam ao sujeito barrado (\$). Nesse matema, o sujeito barrado encontra o objeto como se fosse possível atingi-lo sem o atravessamento da fantasia (\$ $\diamond$ a).

Batista (2017) retoma o discurso do capitalista como um discurso que, diferente dos demais, não faz laço social – o que, inclusive, questionaria seu estatuto de discurso: “O discurso do capitalista apenas ligaria o sujeito com o objeto, com o mais-de-gozar. Nessa compreensão, o laço social não seria promovido porque há apenas a incidência do objeto causa de desejo sobre todos os sujeitos, em detrimento da relação com o Outro” (p. 48). O que Lacan antecipa por meio do discurso do capitalista, segundo Soler (2001), é a própria precariedade dos laços, da família, do casal, do emprego: “Estamos em uma configuração completamente diferente, nosso problema não é sair do laço social, mas adentrá-lo” (p. 61). Na leitura de Batista (2017), a ideia do sujeito desligado do Outro se desencontra de toda a teoria sobre a constituição do sujeito:

Se entendemos o laço social inerente e necessário à constituição do sujeito, a compreensão sugerida pelo discurso do capitalista leva a uma complexa colocação: haveria um sujeito próprio do capitalismo, um novo sujeito, que possui um funcionamento peculiar quando defrontado com o sujeito que perpassa toda a história da cultura? [...] Haveria uma nova forma, possível de ser sustentada fora da relação com o Outro e do laço social, conforme nos sugere esse novo matema? (BATISTA, 2017, p. 48).

Talvez seja essa uma chave importante para pensarmos na enorme prevalência de diagnósticos de autismo em nossos tempos, escancarando o fascínio por um quadro em que justamente o que se destaca é a dificuldade ou o impedimento do laço social a que todos estamos afeitos, seja na forma de horror, seja na de fascínio. Vale lembrar que Lacan (1962-63/2005) já se referia a um gozo autista na satisfação buscada diretamente com o objeto, sem passagem pelo Outro – o que permite pensar a relação com as substâncias psicoativas, segundo esse modelo de satisfação. Os medicamentos psiquiátricos, os psicotrópicos, também atuam nesse sentido, proporcionando o alívio dos sintomas sem exigir o trabalho extenuante de transposição das sensações de afetos para o registro da fala. Desde o início, Freud (1893-95/2016) anteviu a possibilidade de uma catarse pela via da fala, não sem considerar a função do ouvinte.

Quando utilizava a hipnose e a sugestão, já era notada uma ligação entre o médico e o paciente e, logo em seguida, com o recurso à associação livre, rapidamente Freud (1912/2018) constatou a reedição dos laços amorosos mais antigos do analisante. A transferência, mola para o tratamento analítico e sua principal resistência, foi identificada em outras relações de poder, entre elas, as que envolvem os impossíveis acima mencionados: políticos, professores e médicos. Hoje em dia, não é raro ouvirmos as reclamações de médicos que mal olham para seus pacientes e que, por vezes, nem sabem seus nomes. Pedem uma bateria de exames e, quase todas as vezes, receitam alguma “medicação”, que pode ser uma vitamina ou um cosmético. Não dá para sair de mãos abanando, de forma que:

O médico é requerido em sua função de cientista fisiologista, mas ele está submetido ainda a outros chamados. O mundo científico deposita em suas mãos o mundo infinito daquilo que é capaz de produzir em termos de agentes terapêuticos novos, químicos ou biológicos. Ele os coloca à disposição do público e pede ao médico, assim como se pede a um agente distribuidor, que os coloque à prova (Lacan, 1966/2001, p. 10).

Em “O aturdido”, Lacan (1972/2003) afirma que o psicanalista, “ao prescindir, em seu discurso, segundo a linha da ciência, de qualquer *savoir-faire* dos corpos, mas em prol de um discurso outro, a análise... assume a aparência de revelar a torção do conhecimento” (Lacan, 1972/2003, p. 479-480). Com efeito, o psicanalista tem outro olhar para o corpo e o comportamento das crianças e, ao ser convocado a ocupar o lugar de sujeito suposto saber, “decerto supõe que ele questione o saber, razão por que é melhor que ele saiba alguma coisa” (p. 478).

3 POLÍTICA DA PALAVRA

A psicanálise opera pela fala, e é através do dizer que poderemos trazer algo de novo em relação aos ditos autismos. Em “O aturrito”, Lacan (1972/2003, p. 476) afirma que “estamos no reino do discurso científico”, ainda que esse discurso nem sempre corresponda ao que seja efetivamente uma ciência.

Recentemente, o Núcleo de Avaliação em Tecnologia de Saúde/Núcleo de Evidências do Hospital Sírio-Libanês (2024) divulgou um parecer técnico-científico a respeito do método ABA (Applied Behavior Analysis) para tratamento do TEA.

Conclusão: de acordo com os resultados dos ECR [Ensaio Clínicos Randomizados] existentes até o momento, os benefícios e riscos do ABA estruturado para o tratamento de pessoas com TEA, quando comparado a nenhum tratamento, lista de espera ou outras psicoterapias, são incertos. Diante desta incerteza, é importante discutir a indicação rotineira ou não do ABA, considerando ainda outros aspectos como a heterogeneidade de sua aplicação, a capacidade instalada e a disponibilidade de profissionais capacitados no cenário de saúde pública e suplementar, a existência ou não de alternativas não farmacológicas para compor o cuidado oferecido e o desconhecimento sobre os efeitos clínicos do método também no longo prazo (p. 10).

Vale lembrar que, desde 2012, a psicanálise adentrou a “batalha do autismo” (Laurent, 2014) devido a um projeto de lei que visava proibir os psicanalistas de atender crianças autistas. A recomendação pelo ABA atinge diretamente o Brasil através de um edital para concurso público em São Paulo, que exigia a formação em ABA, o que culminou no Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública (MPASP). Evidentemente, estão em jogo questões econômicas e políticas que mobilizaram o trabalho de inúmeros psicanalistas dispostos a dialogar e falar mais sobre o lugar das práticas psicanalíticas e sua posição ética frente ao panorama atual das políticas públicas dirigidas ao tratamento das pessoas com autismo e suas famílias.

Sem poder se desvincular de uma teoria da constituição subjetiva que coloca em primeiro plano o desejo do Outro, gostaríamos de chamar a atenção para o anonimato em torno dos tratamentos e também dos diagnósticos, na medida em que a responsabilidade por aquilo que se diz é deixada de lado em prol de um instrumento que possa dizer uma verdade neutra e objetiva. O DSM se caracteriza como a-teórico, e todas as escalas ou checklists parecem dispensar interpretações, como se resultados objetivos fossem alcançados apenas garantindo-se que

não haja opções de respostas. O critério de eficácia torna-se palavra de ordem para as recomendações terapêuticas, mesmo que não saibamos como aquela terapêutica opera. Todas as explicações ou intervenções processuais devem ser reduzidas àquilo que pode ser sanado, ainda que outras sequelas sejam produzidas. Importa que se gerem dados sobre a eficiência de tal procedimento:

Tudo é uma questão de mercado e de concorrência para obter o melhor custo-benefício. Cada vez mais bem informados, os usuários de um serviço (particularmente de um serviço de saúde) não usam a tradicional confiança para contratá-lo. Coloca-se em concorrência os serviços, os métodos, as teorias, exigindo avaliação e validação. A visão do especialista sofre, desde então, de um déficit de autoridade (Hochmann, 2010, p. 23; tradução nossa).

Hochmann (2010) destaca que a simplicidade de um método, a facilidade de difusão da sua formação e sua delimitação sobre sintomas visíveis de fora são muito coerentes com a concepção neoliberal de um sujeito homogêneo, sem conflitos e modelado pelos estímulos do ambiente, que não precisa recorrer aos mistérios de qualquer interioridade. O autor alerta para o tempo que essas intervenções podem tomar, chegando a 40 horas semanais nos tratamentos de autismo, o que exige um grande número de profissionais que se sucedem na relação com a criança. Para ele, isso é mais uma forma de extinguir qualquer possibilidade de transferência e de evitar com que os pais experimentem a dependência de outros junto com a gratidão ambivalente que a acompanha, vistos como signos de fraqueza em uma sociedade neoliberal.

Essa forma de tratamento tem invadido as escolas através de aplicadores que ensinariam aos demais profissionais, incluindo professores, como reagir a certos comportamentos das crianças, delimitando, por exemplo, o tempo de choro que pode ser tolerado ou o período que seria suportável permanecer na sala de aula. Nessa perspectiva, nota-se que, longe de atuar como alguém que estaria na escola como suporte para o processo de escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais ou alunos com deficiência, o “acompanhante especializado”, instituído pela Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA (Lei n. 12.764/2012, BRASIL, 2012), sugere que o profissional detém um saber específico sobre o que fazer com o aluno, eximindo a professora regente, assim como os demais atores escolares, da responsabilidade sobre a escolarização do aluno (Machado & Rahme, 2022).

O diagnóstico de TEA tem sido utilizado para acessar diversas políticas

públicas, inclusive o Benefício da Prestação Continuada destinado a pessoas com deficiência. O material técnico “A ‘indústria’ do autismo no contexto brasileiro atual: contribuição ao debate” (Fernandes; Couto; Andrada; Delgado, 2024) retoma algumas mudanças em critérios de diagnósticos, discussões por causa de modelos de intervenção no autismo e projetos de lei com a temática do autismo, mostrando como isso tem influenciado o direcionamento financeiro e político nos âmbitos estaduais e municipais para a montagem de clínicas exclusivas para autistas, o que se contrapõe ao cuidado ampliado que as redes públicas já propõem desde sua fundação. Além disso, expõe a difusão de diversos produtos e tecnologias próprias para o “consumo” dos autistas. Os autistas já possuem ambiente exclusivo em alguns aeroportos, torcidas de futebol, cinemas, filas de atendimento médico.

Voltolini (2015) destaca que a proposta inclusiva atual, veiculada pela propaganda que garantiria “tudo para todos”, ressoa mais como uma perspectiva de ampliação de gozo que uma perspectiva democrática de repartição equitativa dos bens. Na sociedade capitalista e neoliberal, há uma tendência a incorporar o que antes estava excluído, sem necessariamente envolver o sujeito no processo de inclusão. O autor interroga se a ideia de treinamento do autista não poderia ser vista como adaptação segundo a regra capitalista do acesso aparente aos bens da cidade: “O exemplo do autismo não é casual, já que esse indivíduo está no limite do exercício dessa condição política e, portanto, de sua humanidade, já que se trata de sujeitos privados da palavra. Às vezes, falam, mas têm impasses com o dizer” (p. 228). Voltolini (2015) ainda retoma a tese de que é a palavra que nos separa do gozo, sendo dimensão fundamental na construção da possibilidade de uma inclusão: “Uma inclusão mais política do que social, segundo os termos propostos no título deste trabalho, indica o deslocamento ético de uma proposta incorporativa (do fazer parte) para uma outra participativa, que envolve o incluído com o incluir” (p. 228).

Para o ser falante, a linguagem implica suportar e usufruir a vida, sendo o lugar em que ele só pode imaginar o que seria uma vida nua, desde então inacessível. A emissão da fala só tem vigência na ratificação do destinatário que vai fazê-la ressoar – nela especulando uma possível significância para além do que foi dito e dela esquecendo o que não pode conter – na conjunção disjuntiva dos sujeitos. Nesse movimento, não se trata da órtese que aparelha a motricidade para articular uma coisa a uma nomenclatura, mas da função de apelo: a fala é demanda de ratificação suspensa ao leque da réplica na qual, só então, realiza a promessa do

chamado aliciante que a eleva à cumplicidade, mesmo quando parece rompê-la.

Desde a primeira invocação à convivência que ela penhora, a carga daquele que compõe a cena linguageira avizinando-se ao recém-nascido, Freud (1895/1995) localizou as ações específicas em que o arado dos imperativos morais de alguém incide na descarga tensionada ou na inércia do desvalido, atrelando-se a ele, o que tem, como efeito, o surgimento de uma sexualidade originária, que transforma o que seria do nível da necessidade em desejo. O intervalo entre a direção do movimento do próximo assegurador e o efeito que a sanciona é o oco do apelo, tempo de suspensão que pede resposta, aposta e prescrua a repercussão responsiva na espera de uma repetição que permita a leitura das diferenças. Os intervalos franqueiam a imaginação em um trajeto que perfaz um circuito que, como tal, inverterá sua rota e alternará o ponto de partida da demanda que pede uma resposta e o da resposta que alude a uma demanda, até o ponto em que se questiona se não é o ouvinte quem determina o que está sendo dito e o que, do dito, não se pode ouvir.

Devido à equivocidade renitente em que a linguagem opera alheia a toda tentativa de reduzi-la à inércia de um código que pudesse veiculá-la, o reviramento da posição inicial de destinatário para a de remetente implica a exponenciação das combinatórias da troca dialógica, incluindo a alternância, a suspensão, a promessa, a simulação, o desconcerto, a iluminação etc. É o que mostra suficientemente a concatenação que conjuga, sejam os movimentos coreografados entre remetente e destinatário, seja a leitura dos balbucios fora da língua, seja, ainda, a construção de sinais nos surdos congênitos. Tais avatares demonstram que os modos aparentemente biunívocos de atar sujeito e outro são regidos pela cena da linguagem e, portanto, guardam uma estrutura tripartida e combinada que os destina à substituição, ao movimento diacrônico/sincrônico e à estabilidade do pacto.

As funções da fala operam substituições de elementos da linguagem, e não de coisas do mundo, deslocando-os, condensando-os e tramando-os até encontrarem o ponto em que se bastam, franqueando, daí, a travessia para outra coisa. Uma política da palavra poderia reverter o imperativo anônimo do consumo dos *gadgets* pelo resgate do que dela – a palavra – escutamos além do que foi dito, assim invocando o sonho de uma conjunção disjuntiva atando-nos em uma modalidade de “laço social-singular”?

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5ª ed.). Artmed.
- Batista, L. C. (2017). Paradoxos do discurso capitalista: um novo sujeito? *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 14(2), 39-56.
- Bettelheim, B. (1987). *A fortaleza vazia*. Martins Fontes. (Obra original publicada em 1967).
- Birman, J. (2007). Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 47-62.
- Brasil (2012). Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF.
- Caponi, S. (2006). Da herança à localização cerebral: sobre o determinismo biológico de condutas. *Filosofia e História da Biologia*, 1, 325-333.
- Caponi, S., & Daré, P. K. (2020). Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: A Psiquiatria dos Padecimentos no Âmbito Escolar. *Mediações*, 25, n. 2, 302-320. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n2p302>.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (M. Echalar, Trad.) Boitempo.
- Dunker, C. I. L. (2021). Crítica da razão diagnóstica: por uma psicopatologia não-toda. In V. Safatle, N. S. Júnior, & C. Dunker (Orgs). *Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico* (pp. 317-351). Autêntica.
- Fernandes, A. D. S. A., Couto, M. C. V., Andrada, B. C., & Delgado, P. G. G. (2024). A "indústria" do autismo no contexto brasileiro atual: contribuição ao debate. *Material Técnico*.
- Foucault, M. (1978). *História da loucura na Idade Clássica* (J. T. C. Neto, Trad.). Editora Perspectiva. (Obra original publicada em 1961)
- Foucault, M. (2006). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In V. M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política: Ditos e escritos* (E. Monteiro, & I. Barbosa, Trad., pp. 264–287). Forense Universitária. (Obra original publicada em 1984).

- Freud, S. (1995). *Projeto de uma psicologia* (O. Gabbi Jr., Trad.). Imago. (Obra originalmente publicada em 1895).
- Freud, S. (2004). À guisa de introdução ao narcisismo. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente (Vol. 1)*. Imago. (Obra original publicada em 1914).
- Freud, S. (2015). Alguns tipos de caráter a partir do trabalho psicanalítico. In *Obras incompletas de Sigmund Freud: Arte, Literatura e os artistas*. Autêntica. (Obra original publicada em 1916).
- Freud, S. (2016). *Estudos sobre a histeria* (P. C. de Souza & L. Barreto, trads.). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1893-1895).
- Freud, S. (2018). Sobre a dinâmica da transferência. In *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica*. Autêntica Editora. (Obra original publicada em 1912).
- Hochmann, J. (2009). *Histoire de l'autisme – de l'enfant sauvage aux troubles envahissants du développement*. Odile Jacob.
- Hochmann, J. (2010). L'autisme à l'heure du néolibéralisme. *Enfances & Psy*, n. 46. Érès.
- Jorge, M. A. C. (2002). Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. In D. Rinaldi, & M. A. C. Jorge (Orgs.) *Saber, verdade e gozo: leituras de O Seminário, livro 17, de Jacques Lacan*. Rios Ambiciosos.
- Kanner, L. (1943). *Os distúrbios autísticos do contato afetivo*. <http://www.profala.com/artautismo11.htm>
- Kaufmann, P. (1996). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*. Zahar.
- Klein, M. (1996). A importância da formação dos símbolos no desenvolvimento do ego. In *Amor, culpa e reparação*. Imago. (Obra original publicada em 1930).
- Lacan, J. (1972). Du discours psychanalytique. *Conférence à Milan*. <https://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/04/1972-05-12.pdf>
- Lacan, J. (1975). *Conférence à Genève sur le symptôme*. <https://ecole-lacanienne.net/wp-content/uploads/2016/05/1975-10-04.pdf>

- Lacan, J. (1976-77). *L'insu que sait de l'une bévüe s'aile à mourre*. Association Freudienne Internationale.
- Lacan, J. (1979). *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953-1954).
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1969-1970).
- Lacan, J. (2001). O lugar da psicanálise na medicina. In *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, 32. Edições Eolia. (Obra original publicada em 1966).
- Lacan, J. (2003). O Aturdido. In *Outros Escritos*. Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1972).
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1962-1963).
- Lacan, J. (2011). *Estou falando com as paredes: Conversas na capela de Sainte-Anne*. Zahar. (Obra original publicada em 1971).
- Lajonquière, L. (2017). *O garoto selvagem e o Dr. Jean Itard*. Mercado de Letras.
- Laurent, E. (2014). *A batalha do autismo*. Zahar.
- Machado, N. L., & Rahme, M. (2022). Controvérsias acerca do perfil profissional do mediador escolar: refletindo o impacto no processo de inclusão. *Poiesis*, 16(30), 396-413. <https://doi.org/10.59306/poiesis.v16e302022396-413>
- Mahler, M. (1983). *As psicoses infantis e outros estudos*. Artes Médicas. (Obra original publicada em 1979).
- Neves, A., Ismerim, A., Brito, B., Da Costa, F. D., Silva Júnior, N., Beer, P., Bazzo, R., Gonsalves, R., Coelho, S. P., & Carnizelo, V. C. R. (2021). A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In V. Safatle, N. Silva Júnior, & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 125- 176). Ed. Autêntica
- Rinaldi, D. (2002). O desejo do psicanalista no campo da saúde mental: problemas e impasses da inserção da psicanálise em um hospital

universitário. In D. Rinaldi, & M. A. C. Jorge (Orgs.), *Saber, verdade e gozo: leituras de O seminário, livro 17, de Jacques Lacan*. Rios Ambiciosos.

Safatle, V., Silva Júnior, N., & Dunker, C. (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Ed. Autêntica.

Silva Júnior, N. (2021). O mal-estar no sofrimento e a necessidade de sua revisão pela psicanálise. In V. Safatle, N. Silva Júnior, & C. Dunker (Orgs.), *Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico* (pp.35-58). Ed. Autêntica

Soler, C. (2001). O discurso do capitalista. *Revista Trêfle*, 2, 163-176.

Truffaut, F. (Diretor). (1970). *O garoto selvagem* [Filme]. Les Films du Carrosse.

Tustin, F. (1975). *Autismo e Psicose Infantil*. Imago. (Obra original publicada em 1972).

Voltolini, R. (2015). Miséria ética na educação inclusiva: por uma inclusão política mais do que social. *Educação*, 38(2), 222-229.